**PROJETO DE LEINº 012, DE 02 DE ABRIL DE 2019.**

“Autoriza a contratação temporária de excepcional interesse público e abre crédito adicional suplementar.”

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar à contratação de profissional graduado, para atuar como Professor de Educação Infantil, 30h semanais, em caráter excepcional, em quantidade e função a seguir discriminada:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Função**  Professor (a)  Educação Infantil | **Nível** N1 | **Classe** A | **Quantidade**  01 | **Carga horária**  30h semanais | **Salário mensal**  R$ 1.921,36 |

**Parágrafo único:** Conforme Lei Municipal Nº999/2015, ANEXO 1, as atribuições da função são:

Síntese de Deveres: Participar do processo de planejamento e elaboração da proposta pedagógica da escola; orientar a aprendizagem dos alunos; organizar as operações inerentes ao processo ensino aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino. Exemplo de Atribuições: Elaborar e cumprir o plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola; levantar e interpretar os dados relativos à realidade de sua classe; zelar pela aprendizagem do aluno; estabelecer os mecanismos de avaliação; implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; organizar registros de observação dos alunos; participar de atividades extraclasse; realizar trabalho integrado com o apoio pedagógico; participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos; colaborar com as atividades e articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de cursos de formação e treinamentos, participar da elaboração e execução do plano políticopedagógico; integrar órgãos complementares da escola; executar tarefas afins com a educação.

**Art. 2º.** A contratação de que trata o artigo anterior tem por finalidade preencher o quadro de professores na rede municipal.

**Art. 3º.** O contrato de que trata o artigo 1º será de natureza administrativa, ficando assegurados a/ao Contratado(a) os direitos previstos no artigo 199 do Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Presidente Lucena — Lei Municipal Nº807, de 02 de janeiro de 2012.

**Parágrafo único.** A contratação será de 6 (seis) meses.

**Art. 4º.** É. outrossim, o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 6.700,00 (seis mil e setecentos reais) no Orçamento de 2019, Lei Municipal nº 1.210, de 04 de dezembro de 2018, na seguinte dotação:

08 SECRET. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

04 EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB

12 Educação

12.365 Educação Infantil

12.365.0080 Educação de Crianças de 0 a 6 anos

13.365.0080.2016 Manut. Desenv. Ativ. Esc. Educ. Infantil

3.3.1.9.0.0400000000 Contratação por tempo determinado

Conta nº 801800 (0031 FUNDEB) ......................................................................... R$ 6.700,00

**Art. 5º.** Servirá de recurso para atender a despesa prevista no artigo 4º a redução no valor de R$ 6.700,00 (seis mil e setecentos reais) das seguintes dotações orçamentárias:

08 SECRET. DE EDUCAÇÃO, CULTURA É DESPORTO

04 EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB

12 Educação

12.365 Educação Infantil

12.365.0080 Educação de Crianças de 0 a 6 anos

13.365.0080.2016 Manut. Desenv. Ativ. Esc. Educ. Infantil

3.3.1.9.0.11.00.000000 Vence. e vant. fixas - pessoal civil

Conta nº 801000 (0031 FUNDEB) …………………………………………..….R$ 5.700,00

3.3.3.9.0.30.00.000000 Material de consumo

Conta nº 801300 (0031 FUNDEB) ...........................................................……… R$ 1.000,00

**Art. 6º.** Faz parte da presente Lei a minuta do Contrato Administrativo de Serviço Temporário e atestado médico anexos.

**Art. 7º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Lucena, 02 de abril de 2019.

**GILMAR FÚHR**

Prefeito Municipal

**ANEXO - LEI MUNICIPAL Nº....... /2019**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO Nº**

Contrato administrativo de serviço temporário que entre s celebram o Município de Presidente Lucena-RS e ……………………….. . com base em permissivo constitucional (artigo 37, ineiso IX, da Constituição Federal/88), e a teor do disposto nas Leis Municipais nº 807, de 02 de janeiro de 2012 e nº......, de …………………….

Pelo presente instrumento, O **Município de Presidente Lucena**, representado por seu Prefeito, Sr…………………... , brasileiro, (estado civil), profissão, inscrito no CPF sob nº……………………, residente e domiciliado na………………….... cidade de Presidente Lucena- RS, a seguir denominado **Contratante,** e o Sr ……………………………………., brasileiro, (estado civil), profissão, inscrito no CPF sob nº ………………. , residente e domiciliado na cidade de……………. , doravante identificado simplesmente por **Contratado(a),** têm certo, justo e acordado o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

O **Contratado(a)** trabalhará para o **Contratante** na função de Professor(a) de Educação Infantil. Conforme Lei Municipal Nº999/2015, ANEXO I, Síntese de Deveres: Participar do processo de planejamento e elaboração da proposta pedagógica da escola; orientar a aprendizagem dos alunos; organizar as operações inerentes ao processo ensinoaprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino. Exemplo de Atribuições: Elaborar e cumprir o plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola; levantar e interpretar os dados relativos à realidade de sua classe; zelar pela aprendizagem do aluno; estabelecer os mecanismos de avaliação; implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; organizar registros de observação dos alunos; participar de atividades extraclasse; realizar trabalho integrado com o apoio pedagógico; participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos; colaborar com as atividades e articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de cursos de formação e treinamentos; participar da elaboração e execução do plano politicopedagógico; integrar órgãos complementares da escola: executar tarefas afins com a educação.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

Pelo serviço acima mencionado e prestado, o **Contratado(a)** perceberá a quantia de R$1.921.36, pagos em moeda corrente nacional, conforme os demais servidores públicos municipais.

Parágrafo único. O valor estabelecido no “caput” deste artigo será reajustado na mesma data e índice que o dos vencimentos e vantagens dos servidores públicos municipais.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

A jornada de trabalho do **Contratado(a)** será de 30 (trinta) horas semanais.

**CLÁUSULA QUARTA:**

O presente contrato terá prazo de 6 (seis) meses.

**CLÁUSULA QUINTA:**

Qualquer das partes que desejar rescindir o presente contrato antes de seu término, previsto na cláusula anterior, deverá avisar a outra com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

**CLÁUSULA SEXTA:**

O presente contrato será sumariamente rescindido pelo **Contratante**, sem que ao **Contratado(a)** caiba qualquer reparação pecuniária, exceto os dias trabalhados até então, se o **Contratado(a)** incidir em qualquer das faltas arroladas no Regime Jurídico dos Servidores do Município de Presidente Lucena, puníveis com a pena de demissão.

**CLÁUSULA SÉTIMA:**

O **Contratado(a)** poderá rescindir o presente contrato, com direito à indenização no valor equivalente à metade da remuneração à que teria direito até o término normal estipulado, quando:

1. não cumprir o **Contratante** as obrigações do contrato;
2. o **Contratante** ou seus prepostos praticarem, contra ele, ato lesivo da honra e boa fama;
3. o **Contratante** ou seus prepostos ofenderem-no fisicamente, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem.

**CLÁUSULA OITAVA:**

É lícito ao **Contratante** aplicar as penalidades de advertência e suspensão ao **Contratado(a)**, nos casos e termos previstos na lei municipal que disciplina o regime jurídico dos servidores municipais.

**CLÁUSULA NONA:**

As situações e casos não expressamente tratados neste contrato regem-se pelo disposto na Lei Municipal nº 807, de 02 de janeiro de 2012, relativos à contratação de serviços temporários.

**CLÁUSULA DÉCIMA:**

A despesa decorrente da aplicação deste contrato, correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

08 SECRET. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

04 EDUCAÇÃO BÁSICA — FUNDEB

12.365.0080.2016. Manut. Desenv. Ativ. Ese. Educ. Infantil

3.3.1.9.0.04.00.000000 Contratação por tempo determinado — conta nº 801800

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA:**

As partes elegem o Foro da Comarca de Ivoti-RS para dirimir eventuais dúvidas emergentes do presente contrato.

Estando, assim, justos e Contratado(a)s, lavrou-se o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, após lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Presidente Lucena,

p/Contratante p/Contratado

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**JUSTIFICATIVA**

**AO PROJETO DE LEINº 012, DE 02 DE ABRIL DE 2019.**

O presente Projeto de Lei objetiva autorização para à contratação temporária de 01 (um) Professor de Educação Infantil, Nível 1, Classe A, por 6 (seis) meses, diretamente ligado a motivação da contratação.

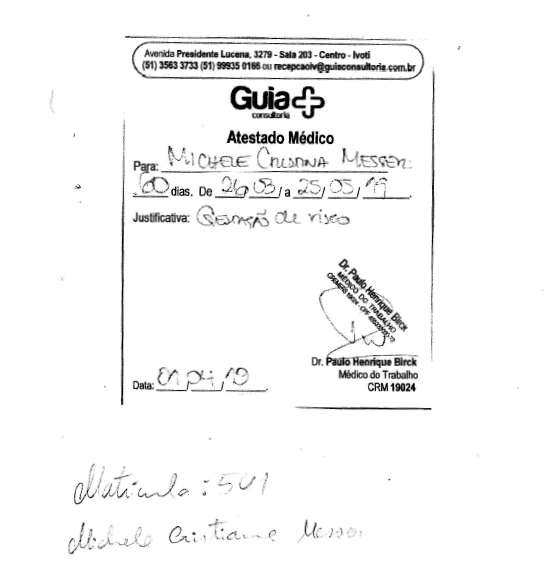
A referida contratação é necessária, pois a professora é gestante € recebeu atestado médico para se afastar 60 dias antes da provável data do parto por apresentar uma gestação de risco.

A despesa gerada está contemplada na Lei Municipal nº 1.210, de 04 de dezembro de 2018, e com a suplementação prevista no próprio projeto. Os gastos gerados com a contratação não comprometem O limite de gastos com pessoal do Poder Executivo.

Diante do exposto, Senhores Vereadores, enviamos o **Projeto de Lei nº 012/2019** para a devida apreciação e votação, sendo que aguardamos um parecer favorável ao mesmo.

**GILMAR FUHR**

Prefeito Municipal



**ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA nº 003/2019**

**Projeto de Lei nº 012, de 02 de abril de 2019.**

Estudo da adequação orçamentária e financeira para contratação temporária de um professor para a educação infantil, com carga horária semanal de 30 horas, pelo período de seis meses.

**I - IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Despesa Aumentada | 1º ano - 2019 | 2º ano - 2020 | 3º ano - 2021 |
| 3.1 - Pessoal e Encargos | R$ 16.661,39 | **-** | **-** |
| 3.2 - Juros e Enc. da Dívida | **-** | **-** | **-** |
| 3.3 - Outras Desp.Correntes | **-** | **-** | **-** |
| 4.4 - Investimentos | **-** | **-** | **-** |
| 4.5 - Inversões Financeiras | **-** | **-** | **-** |
| 4.6 - Amortização da Dívida | **-** | **-** | **-** |
| TOTAIS | R$ 16.661,39 | **-** | **-** |
| Mecanismo de Compensação | A despesa não se enquadra no conceito de despesa obrigatória de caráter continuado, na forma do art. 17, $ 4º da LRF, portanto são dispensados os mecanismos de compensação previstos no $ 2º do mesmo artigo. | | |

O cálculo utilizou como parâmetros:

a) Valor da remuneração previsto no Projeto de Lei;

b) Prazo do contrato de 6 (seis) meses, com início previsto para abril de 2019;

c) Férias remuneradas com adicional de 1/3 e 13º salário, proporcionais aos meses trabalhados;

1. Alíquota de Previdência (INSS) de 21,0%;

**II - COMPATIBILIDADE COM PLANO PLURIANUAL**

A despesa está prevista no Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021, Lei Municipal nº 1.120, de 28 de julho de 2017, na ação Manutenção e desenvolvimento das atividades de educação infantil, do Programa 0080 — Educação de Crianças de 0 a 6 anos.

**III - COMPATIBILIDADE COM A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

A despesa está prevista nas Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2019, Lei Municipal nº 1.202, de 18 de outubro de 2018, na ação Manutenção e desenvolvimento das atividades de educação infantil, do Programa 0080 — Educação de Crianças de 0 a 6 anos.

**IV - COMPATIBILIDADE COM A LEI DE ORÇAMENTO**

A despesa gerada por este Projeto de Lei está contemplada na Lei Municipal nº 1.210, de 04 de dezembro de 2018 (Lei Orçamentária), com suplementação prevista pelo próprio Projeto de Lei, na dotação descrita abaixo:

08 SECRET. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

04 EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB

12 Educação

12.365 Educação Infantil

12.365.0080 Educação de Crianças de 0 a 6 anos

13.365.0080.2016 Manut. Desenv. Ativ. Esc. Educ. Infantil

3.3.1.9.0.0400000000 Contratação por tempo determinado

Conta nº 801800 (0031 FUNDEB)

**V - IMPACTO SOBRE A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**

|  |  |
| --- | --- |
| Receita Corrente Líquida acumulada nos últimos 12 meses - base fevereiro/2019 | R$ 15.356.302,98 |
| Gastos totais com pessoal acumulados nos últimos 12 meses (Executivo) | R$ 6.129.575,22 |
| Percentual de comprometimento atual de gastos com pessoal | 39,92 % |
| Acréscimo nos gastos com o aumento proposto:  No exercício financeiro em curso  Nos 2 exercícios subsequentes | R$ 16.661,39  R$ 0,00 |

A Receita Corrente Líquida projetada para o exercício de 2019 é de R$ 16.662.800,00, com base nisso, o acréscimo de gastos gerado pelo Projeto de Lei, neste exercício, representa 0,10% da Receita Corrente Líquida projetada, ou seja, não compromete o limite de gastos com pessoal do poder executivo, que atualmente é de 39,92%, como demostrado no quadro acima.

Presidente Lucena, 02 de abril de 2019.

Gilmar Führ César Alberto Karling Evandro Kunz

Prefeito Municipal Sec. Fazenda e Planejamento CRC/RS 067916/0-2